

Disclosure corporativo da água: Quais conteúdos são assegurados externamente?

GABRIELA BORGES SILVEIRA
UFSC UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

HANS MICHAEL VAN BELLEN

***Disclosure* corporativo da água: Quais conteúdos são assegurados externamente?**

Corporate Water Disclosure: What information is assured?

1 INTRODUÇÃO

O *disclosure* socioambiental pode ser considerado uma ferramenta de resposta às percepções em mutação dos públicos relevantes de uma organização (Patten, 1992). O relatório do *Global Risks Report* de 2017 do *World Economic Forum*, uma pesquisa com 750 membros da comunidade internacional de *stakeholders*, aponta a “crise da água” como a terceira maior ameaça atualmente enfrentada pela população global em termos de impacto mundial (*World Economic Forum*, 2017). Segundo Burritt & Christ (2017), o mundo enfrenta atualmente uma “tempestade perfeita” de demanda crescente e oferta reduzida de água doce de qualidade.

No contexto de crise percebida, apontam-se os problemas relacionados a renovabilidade da água em certas regiões e aos aspectos de localização temporal e geográfica da oferta de água. Esses problemas decorrem em pressões econômicas, sociais e ambientais que destacam a importância de melhorar o gerenciamento da água (Burritt & Christ, 2017). Lambooy (2011) afirmam que as corporações são consideradas as maiores usuárias de água doce na sociedade moderna. Dessa maneira, as organizações de todos os setores são dependentes de água doce para sua sobrevivência contínua, embora, que em graus diferentes (Larson, Freedman, Passinsky, Grubb & Adriaens, 2012).

A confirmação do crescente e constante nível de preocupação das empresas com a água pode ser comprovada pelo aumento do número de iniciativas, ferramentas, relatórios, padrões e sugestões de gestão de água sobre a melhor forma de gerenciar o risco de escassez de água (Burritt, Christ & Otori, 2016). Nesse aspecto, os relatórios de sustentabilidade (RS), como componente da divulgação corporativa, têm sido a principal forma de comunicação sobre o desempenho socioambiental das organizações (Daub, 2007; Kpmg, 2011), e podem, assim, contribuir para o conhecimento dos impactos corporativos sobre a água.

A divulgação do RS compreende diversos benefícios, dentre eles estão a redução de assimetria da informação entre a empresa e demais partes interessadas; atestar o compromisso organizacional; melhorar a gestão de risco; e zelar pela construção da reputação corporativa. Todavia, o alcance eficaz desses resultados condiciona-se a credibilidade das informações relatadas. Dentro deste contexto, surge a prática de *asseguração externa* dos RS como mecanismo de controle para aumentar a credibilidade das informações divulgadas e a confiança dos usuários (Simnett, Vanstraelen & Chua, 2009).

O processo de *asseguração externa* objetiva atribuir confiabilidade e transparência às informações contidas nos RS acerca do desempenho do negócio (Perego & Kolk, 2012; GRI, 2013). Ainda que voluntária, a *asseguração* se constitui em um importante mecanismo na construção da reputação corporativa; e diversos benefícios internos e externos da garantia podem ser facilmente identificados, como aqueles relacionados à construção da confiança direcionada às áreas de governança, gestão e relações das partes interessadas (GRI, 2013).

Os RS seguem importantes direcionadores de mercado, como a *Global Reporting Initiative* (GRI) e *Relato Integrado* (IIRC). As diretrizes da GRI são organizadas em tópicos específicos que abrange itens de natureza econômica, ambiental e social. Dentre os itens da categoria ambiental, estão aqueles que relatam o desempenho da organização sobre a utilização da água e que especificam informações sobre tratamento de efluentes e resíduos em prevenção a poluição das águas (GRI, 2016). Desse modo, o *disclosure* corporativo da água

relata os riscos e oportunidades financeiras, operacionais, de reputação, ambientais e regulatórios enfrentados pelas corporações (Burritt & Christ, 2017).

Ao considerar que a demanda informacional crescente de diversos *stakeholders* sobre a forma como as empresas se relacionam com água seja por informações credíveis, esta pesquisa propôs-se a investigar: Quais itens do *disclosure* corporativo da água das empresas brasileiras são submetidos a asseguaração externa? Desse modo, o objetivo da pesquisa é identificar os itens do *disclosure* corporativo da água das empresas brasileiras submetidos a asseguaração externa.

Dentro da temática da asseguaração, diversos estudos buscaram identificar fatores associados à decisão das empresas em assegurar os RS (Simnett, Vanstraelen & Chua, 2009; Kolk & Perego, 2010; Perego & Kolk, 2012; Ruhnke & Gabriel, 2013; Cho, Michelon, Patten & Roberts, 2014; Peters & Romi, 2014; Martínez-Ferrero & García-Sánchez, 2017; Silveira, Ferreira, Farias, Van Bellen & Rover, 2019). Da Silva, Silveira e Alberton (2018) identificaram os indicadores de sustentabilidade que as empresas brasileiras submetem à verificação externa nos anos de 2014, 2015 e 2016. A pesquisa constatou relevância para os indicadores pertencentes ao aspecto Água assegurados na categoria ambiental em 45% (2014), 31% (2015) e 30% (2016).

Nesse contexto, esta pesquisa se diferencia ao dar enfoque ao conteúdo do *disclosure* corporativo da água dos relatórios assegurados. Desse modo, as contribuições consistem em fornecer evidências da forma como as empresas demonstram que se relacionam com Água, principalmente, diante da crise que afeta as percepções e a demanda informacional de seus principais *stakeholders*. Além de fomentar as discussões sobre a credibilidade e transparência do processo de asseguaração devido a discricionariedade por parte da empresa contratante e contratada em relação aos indicadores assegurados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 - Asseguaração externa do *disclosure* corporativo da água

Sob a ótica da Contabilidade, o *disclosure* - ato de expor, de revelar ou divulgar informação - configura-se como a principal forma de comunicação sobre o desempenho da organização, caracterizado pela divulgação de informações quantitativas e/ou qualitativas em seus canais formais e informacionais (Healy & Palepu, 2001; Múrcia & Santos, 2009; Gibbins, Richardson & Waterhouse, 1990). Tal divulgação pode ocorrer de duas formas: obrigatória e voluntária. A divulgação obrigatória compreende diversas informações compulsórias regulamentadas por órgãos oficiais e do governo. Por outro lado, a divulgação voluntária envolve informações discricionárias que visam aumentar a transparência e reduzir a assimetria informacional (Verrecchia, 2001).

Em relação à divulgação voluntária, o relatório de sustentabilidade (RS) tem se estabelecido firmemente como componente da divulgação corporativa, segundo pesquisa divulgada pela Kpmg (2011), 95% das 250 maiores corporações do mundo publicam esses relatórios separadamente. As empresas devem relatar em seus RS informações sobre os desafios e estratégias da sustentabilidade corporativa tanto de forma qualitativa quanto quantitativamente (Daub, 2007), com o propósito de demonstrar seus impactos econômico, ambiental e social, bem como as suas contribuições - positivas ou negativas - para a meta do desenvolvimento sustentável (GRI, 2016).

Dentro da temática, a credibilidade das informações contidas nos RS vem sido questionada, e por isto, diversas empresas têm adotado a prática de submeter seus relatórios ao processo de verificação externa (Simnett, Vanstraelen & Chua, 2009; Perego & Kolk, 2012). A Asseguaração é um processo voluntário de verificação externa que objetiva atribuir

confiabilidade e transparência às informações contidas nos RS (Perego & Kolk, 2012); podendo ser realizado por empresas de contabilidade (procedimentos de auditoria), empresas de engenharia (certificações técnicas) e empresas de serviços em sustentabilidade (especialistas) (GRI, 2013).

Simnett, Vanstraelen e Chua (2009) explicam que os serviços de asseguarção se tornam relevantes a partir do momento que os benefícios derivados dela são percebidos pelas organizações, de modo a compensar os custos associados a essa prática. Dentre os benefícios descritos pela literatura estão a mitigação dos custos de agência, aumento da credibilidade dos gestores, a diminuição do custo de capital das empresas (Kolk & Perego, 2010; Ruhnke & Gabriel, 2013; Cho *et al.*, 2014) e de em melhorar o seu desempenho econômico, ambiental e social (GRI, 2013). Neste sentido, Mori Junior, Best e Cotter (2014) consideram que a asseguarção é um importante instrumento na tentativa das empresas prestarem contas aos seus *stakeholders* – acionistas, credores, comunidades, governo, sociedade, entre outros.

Ao investigar os fatores associados à escolha voluntária de assegurar os RS e da escolha do prestador de garantia, Simnett, Vanstraelen e Chua (2009) encontraram evidências de que empresas que necessitam aumentar a credibilidade de seus relatórios e construir sua reputação corporativa são mais propensas a ter seus RS assegurados. Dessa maneira, empresas que atuam em setores com maior risco social e ambiental demonstram uma maior probabilidade de assegurar das informações de sustentabilidade, utilizando a sua declaração de garantia como uma ferramenta para melhorar a sua reputação e credibilidade.

A estrutura e o conteúdo dos relatórios de asseguarção externa podem variar dependendo do escopo da garantia (Hasan, Roebuck & Simnett; 2003), uma vez que a empresa - cliente - e o provedor da garantia determinam conjuntamente os termos do contrato de asseguarção (Hummel, Schlick & Fifka, 2019). De acordo com o GRI (2013), a forma e o conteúdo variam em função das preferências do asseguarador da garantia e são flexíveis aos objetivos desejados pelos usuários, além de serem pertinentes às normas de serviços de asseguarção independente - como por exemplo, a AA1000 *Assurance Standard* e ISAE 3000 *Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information*.

Assim, o escopo da asseguarção está vinculado à estrutura e conteúdo dos RS, pois o tipo de informação assegurada depende da forma e do critério de elaboração e publicação dos relatórios. Conforme as diretrizes de reporte de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI), as empresas devem apresentar um sumário ao final do RS com os indicadores relativos às práticas de sustentabilidade adotadas por elas.

O conteúdo informacional dos indicadores pode variar de acordo com a escolha da empresa em relatar entre os diversos níveis de diretrizes disponibilizado pelo padrão GRI; como as versões G3, G4 e mais recente *GRI Standards*. As diretrizes GRI comportam elementos considerados essenciais para RS, como aqueles que relatam o desempenho econômico, ambiental, social e de governança. E, ainda, níveis mais detalhados que informam sobre a estratégia, análise, governança, ética e integridade da organização, o qual se relata de forma mais ampla os aspectos materiais identificados (GRI, 2013, 2016).

A asseguarção externa dos RS, também, é recomendada pelas diretrizes da GRI que ressaltam o atributo de credibilidade aos relatórios proporcionado pelos serviços de asseguarção. As diretrizes da *GRI Standards* (2016) referenciam os serviços de asseguarção externa como aquelas projetadas para resultar em conclusões sobre a qualidade do relatório e das informações (sejam qualitativas ou quantitativas) contidas nele, bem como para resultar em conclusões sobre o processo para definir o conteúdo do relatório, incluindo a aplicação do princípio da materialidade ou o processo de engajamento das partes interessadas.

Referente ao desempenho ambiental, esta pesquisa destaca as informações acerca da Contabilidade Corporativa da Água contida no *disclosure* de indicadores ambientais. Devido

à crise contemporânea de escassez, a água apresenta oportunidades e riscos para os negócios (Burritt & Christ, 2017). Isso porque a água é geralmente vista como um bem público a ser administrado pelo governo, sendo que a gestão desse bem pode ajudar a melhorar os resultados para as comunidades (Fogel & Palmer, 2014), com o objetivo de sustentar e proteger a água como um recurso compartilhado (Larson *et al.*, 2012).

As divulgações sobre água por parte das empresas possibilitam identificar oportunidades importantes para a continuidade dos negócios, bem como ajudam a medir e analisar sua relação com os recursos hídricos, além de contribuir para a gestão sustentável da água em geral (Morrison, Schulte & Schenck, 2010; CDP, 2012). Enquanto, os riscos regulatórios e de reputação podem acarretar em riscos financeiros gerados por aumento de custos ou perda de receita devido à escassez, poluição ou má gestão dos recursos hídricos (Morrison, Schulte & Schenck, 2010). E dessa forma, o custo de oportunidade de não seguir boas práticas de gerenciamento de água pode ser representado por falha ou perda significativa de valor do negócio (Burritt & Christ, 2017).

De acordo com Morrison, Schulte e Schenck (2010), a contabilidade corporativa da água, desenvolvida nos anos 2000, surgiu da necessidade das empresas em melhorar a gestão da água. Os autores explicam que a contabilidade da água possibilita que as empresas estipulem os impactos de seu uso direto e indireto de água e descargas nas comunidades e ecossistemas; avaliem os riscos relacionados à água; acompanhem os efeitos das mudanças nas práticas de gestão da água; e reportem com credibilidade as suas tendências e impactos às principais partes interessadas.

Da Silva, Silveira e Alberton (2018) identificaram os indicadores de sustentabilidade que as empresas brasileiras submetem à verificação externa nos anos de 2014, 2015 e 2016. Os resultados demonstraram que o interesse das empresas em verificar os indicadores GRI-G4, enfatizou-se nos indicadores econômicos, pois a categoria Desempenho Econômico foi a dimensão com indicadores mais submetidos à verificação externa, com 53% em 2014, 48% em 2015 e 2016. Quanto à Categoria Ambiental, os autores observaram um nível mais baixo de asseguarção ao considerar certa complexidade das variáveis envolvidas no processo de elaboração e de revisão dessas informações. Ainda assim, a pesquisa constatou relevância para os indicadores pertencentes ao aspecto Energia; Água; Emissões; Gastos e investimentos com proteção ambiental; Efluentes e Resíduos; e Avaliação ambiental de fornecedores, verificados em 44% (2014), 28% (2015) e 27% (2016).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para identificar os itens do *disclosure* corporativo da água das empresas brasileiras submetidos a asseguarção externa, a presente pesquisa utilizou a análise documental como técnica de coleta de dados. Assim, os dados secundários das empresas foram levantados a partir de seus Formulários de Referência (FR), Relatórios de Sustentabilidade (RS) no sítio eletrônico de cada empresa, Relatórios de Asseguarção Independente anexo ao RS e o cadastro das empresas no *site* da Brasil, Bolsa e Balcão (B3). Ressalta-se que a coleta ocorreu entre os meses de março e julho de 2019. Ainda, o período de análise teve por base os anos de 2017 e 2018, dado o lançamento da diretriz GRI *Standards* em 2016.

A GRI é considerada uma das ferramentas de comunicação mais legítima e difundida sobre as práticas socioambientais. Atualmente, as diretrizes da GRI estão presentes em mais de 90 países, fornecendo os padrões mais utilizados no mundo sobre relatórios e divulgação de sustentabilidade (GRI, 2016). Esses padrões criam uma linguagem comum para organizações e suas partes interessadas, aprimorando a comparabilidade global e a qualidade das informações (GRI, 2016).

A população da pesquisa compreende 43 companhias listadas na B3 que asseguraram o RS no período de 2017-2018 selecionadas de acordo com Comunicado Externo 017/2011-DP da B3, o qual orienta que as empresas listadas relatem em seu Formulário de Referência (FR) (item 7.8 – Políticas socioambientais), se realizam a divulgação e a verificação externa das informações socioambientais. Dessa população foram excluídas duas empresas que não divulgaram seus relatórios nos moldes dos padrões GRI (Cia Brasileira de Distribuição e Via Varejo S.A) e uma empresa cujo os relatórios não foram localizados no *link* indicado no FR (Sierra Brasil S.A). Assim, a amostra final constitui-se em 40 empresas. A Tabela 1 apresenta a composição da amostra final da pesquisa:

Tabela 1 – Composição da amostra final da pesquisa.

1	AES TIETE	11	CEMIG	21	FLEURY	31	PATAGONIA
2	AMBEV	12	CIELO	22	ITAUSA	32	PETROBRAS
3	B2W DIGITAL	13	COPEL	23	ITAUNIBANCO	33	SANTANDER BR
4	BRADESCO	14	CPFL ENERGIA	24	KLABIN S/A	34	SANTOS BRP
5	BRASIL	15	DURATEX	25	LOJAS AMERIC	35	SUL AMERICA
6	BRASKEM	16	ECORODOVIAS	26	LOJAS RENNER	36	SUZANO PAPEL
7	CCR SA	17	ELETROBRAS	27	MINERVA	37	TELEF BRASIL
8	CEG	18	ELETROPAULO	28	NATURA	38	TIM PART S/A
9	CELESC	19	ENERGIAS BR	29	NORD BRASIL	39	TRIUNFO PART
10	CELUL IRANI	20	ENGIE BRASIL	30	OUROFINO S/A	40	VALE

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Para operacionalizar esta pesquisa, optou-se por instrumento de coleta dos tipos de informações de sustentabilidade assegurados externamente o próprio Sumário Remissivo da GRI *Standards* elaborado pela própria diretriz e que deve disponibilizado pelas empresas em anexo ao RS. No sumário, ainda, há uma coluna específica para que as empresas sinalizem a asseguarção externa das informações de forma individual. Dessa forma, a GRI orienta que seja indicado quando um determinado indicador foi submetido à verificação externa, devendo indicar a página na qual a Declaração de Asseguarção Externa pode ser encontrada no RS (GRI, 2013). Após o levantamento dos dados, os mesmos foram organizados em planilhas eletrônicas.

Por fim, como análise adicional, esta pesquisa buscou verificar se o setor de atuação e as empresas que prestam os serviços de asseguarção estão associados a escolha da Água como tema material - aqueles correspondentes ao assuntos que refletem os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos de uma organização ou que influenciam substancialmente as avaliações e decisões das partes interessadas (GRI, 2016) – para elaboração, divulgação e asseguarção dos RS. Com o auxílio do *software* R versão 3.6.0 for *Windows*, é empregado o teste exato de *Fisher* para o cálculo da probabilidade de associação entre esses aspectos, com o nível de significância de 5%. O teste exato de *Fisher* constitui-se em uma análise não paramétrica para determinar a probabilidade de ocorrência de uma frequência observada, sendo indicada para o teste de hipótese de associação entre duas variáveis, na condição de tabelas cruzadas de frequências 2 x 2, adequando-se para pequenas amostras, dado que $20 < N < 40$ (Fisher, 1970).

Logo, estabelecem-se as hipóteses do teste, especificando-as para esta pesquisa:

H₀: A escolha da Água como tema material independe do setor e da prestadora de asseguarção externa.

H₁: A escolha da Água como tema material está associada ao setor e à prestadora de asseguarção externa.

Para as observações dos setores de atuação das empresas da amostra, este estudo utilizou a classificação de “setor ambientalmente sensível” (SAS) que compreende empresas que operam em setores de maior exposição ambiental proposto pela literatura (Simnett, Vanstraelen & Chua, 2009; Cho *et al.*, 2014). Assim, as empresas que operam em setores de mineração e extração; papel; produtos químicos; petróleo; metais; utilidade pública; e de produção são classificadas como SAS. Por fim, com relação as prestadoras de asseguarção externa, estas foram classificadas de acordo com sua natureza, podendo ser de auditoria (empresas de contabilidade que prestam serviços de auditoria) ou de não auditoria (demais empresas, como certificadoras ou especialistas em sustentabilidade).

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O levantamento de dados contemplou o exame de quarenta (40) RS assegurados para ano de 2017 e trinta e cinco (35) para o ano de 2018, publicados de acordo com os padrões GRI. Como limitação, ressalta-se o período de coleta dos RS (março e julho de 2019), uma vez que a publicação do RS é uma prática voluntária e não há um prazo ou data regulamentada para que as empresas publiquem tal documento. A Tabela 2 apresenta a forma como as empresas relataram os conteúdos assegurados.

Tabela 2 – Forma de relato dos conteúdos assegurados.

Forma de Relato	2017	%	2018	%
Informou por indicador a asseguarção externa	8	20,00	6	17,14
Asseguarção externa do RS em geral	27	67,50	27	77,14
Não divulgaram indicadores relativos à água	5	12,50	2	5,71
Total de RS assegurados	40	100	35	100

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De acordo com a Tabela 2, cinco empresas em 2017 (Aes Tiete, B2w Digital, Lojas Americanas, Itaúsa e Banco da Patagônia) e duas empresas em 2018 (Aes Tiete e Itaúsa) não divulgaram indicadores relativos à água por não considerarem em nenhum aspecto do tema Água como item material para elaboração de seus RS. Esse comportamento se mostra contrário a afirmação de Larson *et al.* (2012) de que as organizações de todos os setores dependem da água para a continuidade de seus negócios, mesmo, que em graus diferentes.

Em 2018, a empresa B2w Digital, apesar de não revisar a materialidade de seus itens, divulgou indicadores relativos à água. Já as empresas Lojas Americanas e Banco da Patagônia não haviam publicado seus RS até a presente data deste trabalho. A Tabela 3 descreve a quantidade de empresas quanto à classificação da materialidade do tema Água.

Tabela 3 – Empresas por classificação da materialidade do tema Água.

Tema Material	2017	%	2018	%
Sim	28	70,00	25	71,43
Não, mas divulgaram indicadores relativos à água	7	17,50	8	22,85
Não, como também não divulgaram indicadores relativos à água	5	12,50	2	5,72
Total	40	100	35	100

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Como mostra a Tabela 3, percebe-se que a maioria das empresas da amostra, 70% (2017) e 71,43% (2018), classificaram Água como item material. Ainda, houve a ocorrência de empresas que, apesar de não classificarem o tema Água como material juntamente às suas

partes interessadas, julgaram importante divulgar informações relativas a esse tema. Estas evidências corroboram Morrison, Schulte e Schenck (2010) e Burritt e Christ (2017) ao afirmarem que empresas julgam necessárias as divulgações sobre água, uma vez que, possibilitam identificar oportunidades importantes para a continuidade de seus negócios e manter a sua reputação.

Com relação a elaboração da matriz de materialidade e o processo de engajamento das partes interessadas, as empresas indicam no item “Sobre o relatório – Materialidade” a metodologia empregada para eleger os temas materiais que definem o conteúdo a ser divulgado no RS. Assim, os temas são identificados por meio de votação de suas principais partes interessadas. A Figura 1 demonstra os principais *stakeholders* relacionados com a definição da Água como tema material.



Figura 1 – Stakeholders e a Água como tema material.

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Dentre os *stakeholders* mais citados estão clientes, comunidade e sociedade com nove, oito e oito empresas, respectivamente. Seguidos por colaboradores, governo e fornecedores citados por cinco empresas cada. Enquanto alta administração e gestores foram referenciadas por quatro empresas e acionistas por três. Já mídia, ONG's e entidades financeiras obtiveram uma empresa cada. Isso vai ao encontro do *Global Risks Report* de 2017 do *World Economic Forum*, que reconhece a “crise da água” como uma das maiores preocupações de diversos membros da comunidade internacional de *stakeholders*. Além de corroborar com Patten (1992) de que as divulgações socioambientais correspondem à demanda informacional dos públicos relevantes de uma organização.

Em seguida, apresenta-se a descrição dos indicadores ou conteúdos relativos ao *disclosure* corporativo da água. Identificou-se que, no ano de 2017, seis (6) empresas divulgaram suas informações de acordo com GRI-G4. No entanto, observou-se que o conteúdo para as duas versões convergia, e por isso os dados foram compilados em uma mesma análise. Para o ano de 2018, todas as empresas aderiram à versão *GRI Standards*. A *GRI Standards* é organizada em tópicos específicos em três séries distintas: 200 (tópicos econômicos), 300 (tópicos ambientais) e 400 (tópicos sociais). A pesquisa coletou informações relativas ao item específico da Água (303), que relatam o desempenho da organização sobre a utilização da água; e de Efluentes e resíduos (306), que especificam informações sobre tratamento de efluentes e resíduos em prevenção à poluição das águas.

Esta análise compreendeu somente as empresas que asseguram seus RS entre o período de 2017-2018 e, ao mesmo tempo, divulgaram indicadores relativos à água, sendo trinta e quatro (34) empresas em 2017 e trinta e três (33) em 2018. Ressalta-se que não foi encontrado o sumário GRI da empresa Petrobrás S.A em 2017 em seu RS e por isso não foi possível computar os dados da mesma. A Tabela 4 apresenta a quantidade de empresas por

conteúdos relativos ao *disclosure* corporativo da água dos RS assegurados conforme GRI-G4/GRI Standards 2016.

Tabela 4 – Quantidade de empresas por *disclosure* corporativo da água dos RS assegurados conforme GRI-G4/GRI Standards 2016.

Indicadores GRI-G4/GRI Standards 2016	2017	%	2018	%
Água				
G4-EN8/303-1 Total de retirada de água por fonte.	27	79,41	21	63,64
G4-EN9/303-2 Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.	13	38,24	12	36,36
G4-EN10/303-3 Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.	17	50,00	16	48,48
Efluentes e resíduos				
G4-EN22/306-1 Descarte total de água, discriminado por qualidade e destinação.	13	38,24	13	39,39
G4-EN23/306-2 Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição.	25	73,53	22	66,67
G4-EN24/306-3 Número total e volume de vazamentos significativos.	10	29,41	10	30,30
G4-EN25/306-4 Peso de resíduos transportados, considerados perigosos nos termos da convenção da basileia2, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.	8	23,53	11	33,33
G4-EN26/306-5 Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descargas e drenagem de água realizada.	5	14,71	8	24,24

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Verifica-se que a maioria das empresas divulgaram em seus RS assegurados os conteúdos relativos aos impactos e riscos potenciais associados ao uso de água por parte da organização (Água); sendo 79,41% em 2017 e 63,64% em 2018 para G4-EN8/303-1, 50% em 2017 e 48,48 em 2018 para G4-EN10/303-3 e 35,29% em 2017 e 36,36% em 2018 para G4-EN9/303-2.

Para os indicadores de Efluentes e resíduos, diretamente vinculados a impactos ecológicos e custos operacionais de uma organização, as empresas concentraram suas divulgações em 73,53% em 2017 e 66,67% para G4-EN23/306-2; 38,24% em 2017 e 39,39% em 2018 para G4-EN22/306-1. Esses indicadores amenizam os riscos financeiros, uma vez que contribuem diretamente para a redução dos custos de materiais. Além de que o descarte desses resíduos pode impactar a qualidade do abastecimento de água disponível para a organização e sua relação com as comunidades e outros usuários de água (GRI, 2016; Morrison, Schulte & Schenck, 2010).

O indicador G4-EN24/306-3, 29,41% (2017) e 30,30% (2018) das empresas julgaram importante divulgar informações sobre vazamentos significativos, visto que o vazamento de substâncias químicas, óleos e combustíveis podem afetar negativamente a qualidade da água. O item G4-EN25/306-4, referente resíduos perigosos transportados pela organização ou em nome dela, esteve presente em 23,53% em 2017 e 33,33% em 2018 dos RS assegurados. Esses indicadores estão diretamente ligados à riscos regulatórios e aos danos de reputação (GRI, 2016; Morrison *et al.*, 2010), uma vez que ambas informações relatam sobre a gestão de

resíduos perigosos por parte das organizações, atribuindo a elas responsabilidades perante a sociedade em relação à conformidade de regulamentos nacionais e internacionais.

Com menos incidência de divulgação, o item G4-EN26/306-5 foi evidenciado em 14,71% em 2017 e 24,24% em 2018 dos RS verificados externamente. Esse indicador é uma contrapartida qualitativa para indicadores quantitativos de descarte de água e tem por objetivo descrever o impacto desses descartes que afetam habitats aquáticos, e que, conseqüentemente podem causar impactos significativos na disponibilidade de recursos hídricos. Nesse contexto, riscos específicos de localização temporal e geográfica; pressões econômicas, sociais e ambientais enfrentados pela organização relatora tornam esse aspecto identificado como relevante (Burritt & Christ, 2017).

Durante a análise dos RS assegurados das empresas da amostra, observou que dez (10) empresas apresentaram os conteúdos referente ao *disclosure* corporativo da água dos RS assegurados de acordo com a nova versão da GRI *Standards* lançada em 2018. A Tabela 5 apresenta a quantidade de empresas por *disclosure* corporativo da água dos RS assegurados conforme GRI *Standards* 2018.

Tabela 5 - quantidade de empresas por *disclosure* corporativo da água dos RS assegurados conforme GRI *Standards* 2018.

Indicadores GRI <i>Standards</i> 2018	2018	%
<i>Água</i>		
303-1 Interações com a água como um recurso compartilhado.	5	15,15
303-2 Gestão dos impactos relacionados a descarga de água.	5	15,15
303-3 Captação de água.	6	18,18
303-4 Descarga de água.	5	15,15
303-5 Consumo de água.	4	12,12
<i>Efluentes e resíduos</i>		
306-1 Descarte de água por qualidade e destino.	4	12,12
306-2 Resíduos por tipo e método de disposição.	9	27,27
306-3 Vazamentos significativos.	3	9,09
306-4 Transporte de resíduos perigosos.	4	12,12
306-5 Corpos d'água afetados por descargas de água e /ou escoamento.	3	9,09

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Nota-se que as principais mudanças ocorreram quanto aos conteúdos relativos *Água*. A quantidade de item mudou de três (3) para cinco (5), e o relato, além de informar sobre a forma de utilização da água pelas organizações, aborda informações que explicam o contexto local do uso da água e do reconhecimento da importância de administrar a água como um recurso compartilhado. Essa categoria de indicadores representam o desempenho da organização sobre as práticas de administração dos recursos hídricos.

O item mais divulgado, com cerca de 18% da amostra, foi o 303-3 referente ao volume de retirada de água por área de atividade da organização. Seguido pelos itens 303-1, 303-2 e 303-4 divulgados em aproximadamente 15% dos RS assegurados; e 12% para o item 303-5, que mede a água usada por uma organização de tal forma que ela não está mais disponível para uso pelo ecossistema ou comunidade local no período coberto pelo relatório.

Quanto à categoria Efluentes e resíduos, observa-se que não houve mudanças significativas no conteúdo informacional dos indicadores. E os indicadores relacionados aos riscos financeiros e custos operacionais continuam sendo os mais evidenciados, o item 306-2 com cerca de 27%, seguidos por 306-1 e 306-4 com 12% cada. E 9% para os itens 306-3 e

306-5, indicadores que se referem aos riscos regulatórios e aos danos de reputação (GRI, 2016; Morrison, Schulte & Schenck, 2010; Burritt & Christ, 2017).

Poucas empresas informaram a asseguração externa por indicador, como mostra a Tabela 2, oito (8) em 2017 (Celesc, Ceg, Cemig, Copel, Minerva, Banco do Brasil, Itaú Unibanco e Banco do Nordeste do Brasil) e seis (6) em 2018 (Celesc, Copel, Duratex, Minerva, Banco do Brasil e Itaú Unibanco). A Tabela 6 apresenta a asseguração do *disclosure* corporativo da água sinalizado pelas empresas no sumário GRI.

Tabela 6 – Asseguração do *disclosure* corporativo da água por item.

Item	2017	%	2018	%
Água				
G4-EN8/303-1	7	87.50	6	100
G4-EN9/303-2	3	37.50	2	33.33
G4-EN10/303-3	3	37.50	2	33.33
Efluentes e resíduos				
G4-EN22/306-1	4	50.00	2	33.33
G4-EN23/306-2	5	62.50	2	33.33
G4-EN24/306-3	3	37.50	1	16.67
G4-EN25/306-4	2	25.00	2	33.33
G4-EN26/306-5	2	25.00	1	16.67

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

A partir dos dados na Tabela 6, observa-se que nem todos os indicadores divulgados nos RS assegurados são verificados externamente. A título de exemplo, a empresa Duratex S.A, em 2018, divulgou três (3) indicadores (303-1: Total de retirada de água por fonte, 303-3: Água reciclada e reutilizada e 306-2: Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição), no entanto sinalizou a asseguração externa para dois (2) deles (303-1: Total de retirada de água por fonte e Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição). Este fato ocorre em decorrência da natureza voluntária da adoção dos serviços de asseguração externa, uma vez que a empresa tomadora dos serviços possui discricionariedade em relação ao conteúdo a ser revisado (Hummel, Schlick & Fifka, 2019).

Ao verificar que a maioria das empresas disponibilizaram o relatório de asseguração externa de forma geral, analisou-se se as prestadoras de garantia fizeram menção no relatório de asseguração anexo ao RS ao conteúdo do *disclosure* corporativo da água. Somente a Deloitte Auditores Independentes reportaram ressalva quanto aspecto da Água ao assegurar os indicadores GRI constante no RS em 2017 da empresa Celesc S.A, afirmando que “Não identificamos o reporte de justificativas para a materialidade do aspecto, os impactos positivos e negativos e a abordagem de gestão, incluindo mecanismos de avaliação e eficácia...”. Nesse sentido, observou que todos os trabalhos de asseguração realizados buscam avaliar se as informações divulgadas foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, conforme as diretrizes da GRI. E, portanto, não tem por objetivo atestar o desempenho da empresa em quaisquer aspectos relacionados nos RS.

Como análise adicional, esta pesquisa buscou avaliar se escolha da Água como tema material está associada ao setor e à prestadora de asseguração externa. A Tabela 7 demonstra as frequências das empresas da amostra por setor e prestadora de asseguração externa, classificadas em setor ambientalmente sensível (SAS) e empresas de auditoria.

Tabela 7 – Frequências por setor e prestadora de asseguaração externa.

Setor	Quantidade	%
Consumo Cíclico	2	5.71%
Consumo não Cíclico	3	8.57%
Financeiro	7	20.00%
Papel	4	11.43%
Petróleo	1	2.86%
Químicos	1	2.86%
Saúde	2	5.71%
Telecomunicações	2	5.71%
Transporte	4	11.43%
Utilidade Pública	9	25.71%

Frequências	Quantidade	%
Setor ambientalmente sensível	18	51.43%
Prestador de Garantia - Auditoria	29	82.86%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Nota-se que mais da metade das empresas da amostra atuam em setores ambientalmente sensíveis - mineração e extração; papel; produtos químicos; petróleo; metais; utilidade pública; e de produção. As empresas que atuam em setores de maior risco ambiental e social possuem uma maior necessidade de manter sua reputação perante suas partes relacionadas, assim diante da crise contemporânea de escassez de água as empresas classificadas SAS tendem a classificar a Água como tema material em RS (Simnett, Vanstraelen & Chua, 2009; Burritt & Christ, 2017). No entanto, o teste exato de *Fisher* indicou ($p\text{-value} = 0,9399$), que para um nível de significância de 5%; não é possível rejeitar hipótese nula. Desse modo, os dados não suportaram evidências suficientes para confirmar a associação entre SAS e a escolha do item Água como material.

Quanto aos trabalhos de asseguaração realizados, verifica-se que mais de 80% da amostra optou por empresas de auditoria. As prestadoras de garantia cumprem um papel importante no processo para definir o conteúdo do relatório, incluindo a aplicação do princípio da materialidade (GRI, 2016). Para avaliar tal evidência, procedeu-se ao teste exato de *Fisher*, o qual resultou em um $p\text{-value}$ de 1 (nível de significância de 5%). Assim, os dados não forneceram evidências suficientes para rejeitar a hipótese nula, indicando a não associação entre a natureza do prestador de garantia e a escolha do tema Água como material.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os serviços de asseguaração externa objetivam atribuir credibilidade as informações divulgadas nos RS. Diante da crise contemporânea de escassez, a água tem sido uma das maiores preocupações de diversos *stakeholders*. Assim, as organizações se esforçam em corresponder a demanda informacional de suas principais partes interessadas ao divulgar e assegurar o *disclosure* corporativo da água, construindo, assim, sua reputação corporativa perante a sociedade.

Nesse sentido, o presente estudo objetivou identificar os itens do *disclosure* corporativo da água das empresas brasileiras submetidos a asseguaração externa. Em geral, durante o período da pesquisa (2017 a 2018) foram analisados quarenta (40) RS elaborados de acordo com as diretrizes GRI, dos quais trinta e cinco (35) continham conteúdos relativos à água.

Os resultados apontaram que as empresas julgam necessárias as divulgações sobre água, uma vez que, possibilitam identificar oportunidades importantes para a continuidade de seus negócios e de sua reputação (Morrison, Schulte & Schenck, 2010). A maioria das empresas da amostra classificaram Água como item material nos seus RS. Como também, observou que algumas empresas, apesar de não classificarem o tema Água como material juntamente às suas partes interessadas, julgaram importante divulgar informações relativas a esse tema. Tais evidências sugeriram que a escolha da Água como tema material estaria associada ao setor de maior risco ambiental e social e à natureza da prestadora de asseguarção externa. Entretanto, o resultado do teste exato de *Fisher* não confirmou essa associação ao um nível de significância de 5%.

Quanto aos indicadores divulgados nos RS assegurados, observou que as empresas divulgaram em seus RS assegurados os conteúdos relativos aos impactos e riscos potenciais associados ao uso de água por parte da organização. Esses indicadores estão diretamente vinculados a qualidade da água, custos operacionais e impactos ecológicos. Assim, a disponibilidade dessas informações permite as organizações a avaliarem os riscos regulatórios e de reputação e, assim, mitigarem os riscos financeiros gerados por aumento de custos ou perda de receita devido ao custo de oportunidade de não seguir boas práticas de gestão da água (Burritt & Christ, 2017).

Ressalta-se a baixa incidência de empresas que sinalizaram detalhadamente a asseguarção por conteúdo. Em um contrato de prestação dos serviços de asseguarção a empresa tomadora dos serviços (cliente) possui discricionariedade em relação aos indicadores a serem assegurados e não publicitar tal informação torna o processo pouco transparente. O que pode afetar, consequentemente, a credibilidade que o processo de asseguarção remeteria às informações asseguradas.

Em suma, os resultados desta pesquisa contribuem para a discussão sobre a temática de asseguarção dos RS, sobretudo no que se refere ao *disclosure* socioambiental, abrangendo itens do *disclosure* corporativo da água que são assegurados externamente pelas empresas brasileiras com intuito de fornecer evidências da forma como as empresas demonstram que se relacionam com Água, principalmente, diante da crise que afeta as percepções e a demanda informacional de seus principais *stakeholders*.

Esta pesquisa de cunho empírico não objetivou levantar ou testar hipóteses com base em alguma teoria específica; e teve como principais limitações: a periodicidade da publicação dos RS, a quantidade de empresas que informaram a asseguarção externa por indicador e o tamanho amostral para avaliar quantitativamente as evidências de associações entre características das empresas e o processo de asseguarção externa. Assim, como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se ampliar a amostra para um painel internacional com emprego de diversas técnicas estatísticas que possam determinar a probabilidade de ocorrência de associações observadas.

REFERÊNCIAS

- Burritt, R. L., & Christ, K. L. (2017). The need for monetary information within corporate water accounting. *Journal of environmental management*, 201, 72-81. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301479717306163>.
- Burritt, R. L., Christ, K. L., & Otori, A. (2016). Drivers of corporate water-related disclosure: evidence from Japan. *Journal of cleaner production*, 129, 65-74. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652616304061>.

- Carbon Disclosure Project (CDP), 2012. Collective Responses to Rising Water Challenges, CDP Global Water Report 2012: on Behalf of 470 Investors with Assets of US\$ 50 Trillion. Carbon Disclosure Project, London.
- Cho, C. H, Michelon, G., Patten, D. M., & W. Roberts, R. (2014). CSR report assurance in the USA: An empirical investigation of determinants and effects. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 5(2), 130-148. Retrieved from <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/SAMPJ-01-2014-0003>
- Da Silva, R. C, Silveira, G. B., & Alberton, L. (2018). Assurance: um estudo da verificação externa dos indicadores de sustentabilidade no Brasil. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 234, 54-67. Retrieved from <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/1783/1215>.
- Daub, C. H. (2007). Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. *Journal of Cleaner Production*, 15(1), 75-85. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652605001915>.
- Fisher, R. A. (1970) *Statistical methods for research workers*, (14th edition), Hafner Publishing.
- Fogel, D., & E. Palmer, J. (2014). Water as a corporate resource. *Journal of Global Responsibility*, 5(1), 104-125. Retrieved from <https://doi.org/10.1108/JGR-02-2014-0007>.
- Gibbins, M., Richardson, A., & Waterhouse, J. (1990). The management of corporate financial disclosure: opportunism, ritualism, policies, and processes. *Journal of accounting research*, 121-143. Retrieved from <https://www.jstor.org/stable/pdf/2491219.pdf>.
- Global Reporting Initiative. (2013). The external assurance of sustainability reporting. Research and Development Series.
- Global Reporting Initiative. (2016). Consolidated set of GRI Sustainability Reporting Standards 2016.
- Hasan, M., Roebuck, P. J., & Simnett, R. (2003). An investigation of alternative report formats for communicating moderate levels of assurance. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 22(2), 171-187. Retrieved from <https://www.aaajournals.org/doi/abs/10.2308/aud.2003.22.2.171>
- Healy, P. M., & Palepu, K. G. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and Economics*, 31, 405-440. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0165410101000180>.
- Hummel, K., Schlick, C., & Fifka, M. (2019). The role of sustainability performance and accounting assurors in sustainability assurance engagements. *Journal of Business Ethics*, 154(3), 733-757. Retrieved from <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3410-5>.
- Kolk, A., & Perego, P. (2010). Determinants of the adoption of sustainability assurance statements: An international investigation. *Business Strategy and the Environment*, 19(3), 182-198. Retrieved from <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/bse.643>
- KPMG International survey of corporate responsibility reporting 2011. (2011). Amsterdam, The Netherlands: KPMG.
- Lambooy, T. (2011). Corporate social responsibility: sustainable water use. *Journal of Cleaner Production*, 19(8), 852-866. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652610003598>.

- Larson, W. M., Freedman, P. L., Passinsky, V., Grubb, E., & Adriaens, P. (2012). Mitigating Corporate Water Risk: Financial Market Tools and Supply Management Strategies. *Water Alternatives*, 5(3). Retrieved from http://www-personal.umich.edu/~adriaens/CleanTechInnovation/Business_Water_Risk_files/Final%20reprint%20Water%20Alternatives%20Adriaens.pdf.
- Mori, R., Jr., Best, P. J., & Cotter, J. (2014). Sustainability reporting and assurance: A historical analysis on a world-wide phenomenon. *Journal of Business Ethics*, 120(1), 1-11. Retrieved from <https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-013-1637-y>
- Morrison, J., Schulte, P & Schenck, R. (2010). *Corporate water accounting: an analysis of methods and tools for measuring water use and its impacts*. UNEP; Pacific Institute. California, USA.
- Murcia, F. D. R., & dos Santos, A. (2009). Fatores determinantes do nível de *disclosure* voluntário das companhias abertas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 3(2), 72-95.
- Patten, D. M. (1992). Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: A note on legitimacy theory. *Accounting, Organizations and Society*, 17(5), 471-475. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/036136829290042Q>.
- Perego, P., & Kolk, A. (2012). Multinationals' accountability on sustainability: The evolution of third-party assurance of sustainability reports. *Journal of Business Ethics*, 110(2), 173-190. Retrieved from <https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-012-1420-5>.
- Peters, G. F., & Romi, A. M. (2014). The association between sustainability governance characteristics and the assurance of corporate sustainability reports. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 34(1), 163-198. Retrieved from <https://aaapubs.org/doi/10.2308/ajpt-50849>.
- Ruhnke, K., & Gabriel, A. (2013). Determinants of voluntary assurance on sustainability reports: an empirical analysis. *Journal of Business Economics*, 83(9), 1063-1091. Retrieved from <https://link.springer.com/article/10.1007/s11573-013-0686-0>
- Silveira, G. B., Ferreira, J. da S., Farias, R. B., Van Bellen, H. M., & Rover, S. (2019). Assegurar ou não assegurar? Eis a questão: Uma análise dos fatores associados à asseguaração dos relatórios de sustentabilidade. *RACE, Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 18(2), 1-22. Recuperado de <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race>.
- Simnett, R., Vanstraelen, A., & Chua, W. F. (2009). Assurance on sustainability reports: An international comparison. *The Accounting Review*, 84(3), 937-967. Retrieved from <https://www.aaajournals.org/doi/abs/10.2308/accr.2009.84.3.937>.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1-3), 97-180. Retrieved from [http://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00025-8](http://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00025-8).
- World Economic Forum. (2017). The Global Risks Report 2017. Insight Report 12th Edition. World Economic Forum, Geneva, Switzerland.